



Número: **0802728-59.2017.8.15.0141**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Catolé do Rocha**

Última distribuição : **26/12/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA (AUTOR)		antonio anizio neto (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
51604578	22/11/2021 09:47	apelação dpvat FRANCISCO CATOLÉ	Documento de Comprovação

SÁ ANIZIO ADVGADOS: DRA. MARIA FERREIRA DE SÁ E DR. ANTONIO ANIZIO NETO
EXCELENTÍSSIMA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 2ª VARA DA
COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA-PB.

PROCESSO Nº 0802728.59.2017.815.0141.

FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA, já qualificado nos autos, vem, mui respeitosamente a presença de V. Exa., por via de seu advogado abaixo assinado, tempestivamente, com fulcro nos artigos 994, I, e 1010 do CPC, tendo em vista o inconformismo com a sentença a quo, que julgou improcedente a ação, interpor RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL, requerendo que seja recebido nos seus efeitos legais, e após vistas da parte adversa, sejam os autos remetidos para instância superior para fins de julgamento na forma da Lei.

ANTE O EXPOSTO, requer o recebimento do recurso e o prosseguimento do feito, nos seus ulteriores termos, sendo isento do pagamento de preparo, por ser beneficiário da JUSTIÇA GRATUITA, como consta dos autos.

Nestes termos,
Pede e Espera Deferimento.
João pessoa, 22 de Novembro de 2021.

ANTONIO ANIZIO NETO
OAB-PB 8851



RAZÕES DO RECURSO APELATÓRIO:

RECORRENTE: FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA.

RECORRIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A.

PROCESSO ORIGEM 2ª VARA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA-PB.

EGRÉGIO TRIBUNAL;

DOUTOS JULGADORES;

EMÉRITO RELATOR;

EXPOSIÇÃO DO FATO E DO DIREITO – ARTIGO
1010 – II - CPC:

O apelante ajuizou ação de cobrança buscando o recebimento do seguro DPVAT/INVALIDEZ, devido o sinistro, juntando **TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**, tendo percorrido os tramites legais, com defesa, impugnação e realização de perícia médica judicial, e ao final julgada improcedente a ação, ao fundamento de pagamento do valor de R\$ 1.687,50.

Ocorre, que a perícia comprovou invalidez parcial, nos percentuais de 50% e mais 25%, nos membros acidentados, o que não justifica a alegação de pagamento de valor irrisório de apenas R\$ 1.687,50, **COMO CERTO O DIREITO DO AUTOR É NO IMPORTE TOTAL DE R\$ 10.125,00, QUE CORRESPONDEM O DIREITO DE PAGAMENTO PELOS PERCENTUAIS DOS MEMBROS ACIDENTADOS, NOS TERMOS DA Lei 11.945/2009, DEDUZINDO O VALOR PAGO RESTA PAGAR O VALOR DE R\$ 8.437,50.**

Veja Matéria sobre o assunto, no sentido de pagamento proporcional a tabela invalidez parcial dos membros.



Sobre o valor da indenização, vale registrar que o art. 3º da Lei n. 6.194/1974, alterada pelas Leis n. 11.482/2007 e 11.945/2009, aplicáveis à espécie, dispõe que a vítima de danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, que tenha sofrido invalidez permanente, pode pleitear o recebimento de indenização no valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais):

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

O § 1º do artigo acima transcrito determina a forma de cálculo da indenização por invalidez permanente, nos seguintes termos:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Assinala-se, por oportuno, que, no julgamento do Recurso Especial n. 1.246.432/RS, analisado sob a sistemática de recursos repetitivos, o c. STJ fixou



entendimento no sentido do cabimento do pagamento proporcional da indenização do Seguro DPVAT, conforme aresto abaixo:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA N.º 474/STJ. 1. Para efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula n.º 474/STJ). 2. Recurso especial provido. (REsp n.1.246.432 - RS, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, 2ª Sessão, Data de Julgamento: 22/05/2013, Publicado no DJE: 27/05/2013).

No mesmo sentido, orientação expressa em Enunciado 474 do c. do STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

[Acórdão 1255378](#), 07243533020198070001, Relator: DIVA LUCY DE FARIA PEREIRA, Primeira Turma Cível, data de julgamento: 10/6/2020, publicado no DJE: 23/6/2020.

Súmula 474 do STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Súmula 580 do STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

Tema 542: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." [REsp 1.246.432/RS](#)

[Acórdão 1310796](#), 07008244220208070002, Relator: FERNANDO HABIBE, Quarta Turma Cível, data de julgamento: 10/12/2020, publicado no DJE: 21/1/2021;

[Acórdão 1305141](#), 07039897620208070009, Relator: HECTOR VALVERDE, Quinta Turma Cível, data de julgamento: 25/11/2020, publicado no DJE: 9/12/2020;

[Acórdão 1301962](#), 07014525920198070004, Relator: VERA ANDRIGHI, Sexta Turma Cível, data de julgamento: 18/11/2020, publicado no DJE: 10/12/2020;

[Acórdão 1293204](#), 07043633320188070019, Relator: EUSTÁQUIO DE CASTRO, Oitava Turma Cível, data de julgamento: 15/10/2020, publicado no DJE: 9/10/2020;

[Acórdão 1248475](#), 07151229220188070007, Relator: CESAR LOYOLA, Segunda Turma Cível, data de julgamento: 13/5/2020, publicado no DJE: 26/5/2020;



**AS RAZÕES DO MOTIVO DA REFORMA –
ARTIGO 1010 III - CPC:**

Data máxima vênia, a r. sentença vergastada não tem o menor cabimento, já que o AUTOR JUNTOU O DOCUMENTO DE NEGATIVA DA VIA ADMINISTRATIVA, NA ÉPOCA PRÓPRIA, E O PAGAMENTO EFETIVADO NÃO TEM O CONDÃO DE QUITAÇÃO TOTAL DOS VALORES PEDIDOS NA INICIAL, E PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL, SENDO EVIDENTE O DIREITO DO AUTOR DE PELO MENOS AO RECEBIMENTO DOS VALORES RESTANTES DE ACORDO COM OS PERCENTUAIS CONSTANTES DA PERÍCIA JUDICIAL.

DO PEDIDO – artigo 1010 – IV – CPC:

ANTE O EXPOSTO, e do que mais dos autos constam, requer a Vossas Excelências, que se digne acolher as razões recursais, para DAR PROVIMENTO DE PLANO AO APELO, no sentido de reformar inteiramente a sentença a quo, determinando o PAGAMENTO dos valores de direito, no importe de no mínimo R\$ 8.437,50, ou outro valor de acordo com o entendimento de Vossas Excelências, com as devidas correções, e honorários da sucumbência, por ser de direito e de correta aplicação da Justiça.

Nestes termos,
Pede e Espera Justiça.
João Pessoa, 22 de Novembro de 2021.

**ANTONIO ANÍZIO NETO
OAB/PB 8851**

